

---

# Neoliberalismo na América do Sul: A Reinvenção por Meio do Estado\*

**Javier Alberto Vadell\*\* e Pedro Henrique Neves de Carvalho\*\*\***

## Introdução

**O**s últimos anos têm apresentado uma nova relação entre o Estado e o mercado nos contornos sul-americanos. A crise do modelo econômico, teórico e prático, neoliberal e as mudanças geoeconômicas globais – que têm como foco a região de Ásia-Pacífico e, principalmente, a ascensão da China com sua política de *going out* (VADELL, 2011) – provocaram impactos da maior importância política e econômica na América do Sul. Esses desdobramentos ali-

---

\* Artigo recebido em 5 de junho de 2013 e aprovado para publicação em 1º de abril de 2014.

\*\* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: javier.vadell@gmail.com.

\*\*\* Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e professor do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH). E-mail: pe1986@gmail.com.

mentam duas bases, as quais serão exploradas neste trabalho. Em primeiro plano, a inserção internacional dos países da América do Sul no novo cenário do século XXI e, em segundo plano, os desafios em relação ao desenvolvimento após o colapso do Consenso de Washington. A linha que norteia o presente escrito questiona em que medida e de que maneira a crise econômica de 2001<sup>1</sup> afetou a inserção internacional dos Estados da América do Sul e as novas expectativas em torno dos modelos de desenvolvimento na região. Para tentar responder a essa pergunta geral, devemos, primeiramente, adentrar nas consequências sociopolíticas da aplicação do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal na América Latina e, posteriormente, na vigência ou não do neoliberalismo como corpo ideológico hegemônico após a crise de 2001 na região.

Em primeiro lugar, pontua-se que, com a experiência de ruptura do “Consenso de Washington” no ano 2001, como elucidada Taylor (2010), a crise da ortodoxia neoliberal, no plano ideacional e prático, não sepultou todos os seus postulados macroeconômicos. Segundo Cardoso Jr. e Siqueira (2009), frente aos resultados negativos das políticas neoliberais (baixas taxas de crescimento, aumento da pobreza, queda nos índices sociais, aumento do desemprego etc.), o Estado nacional é requisitado, na primeira década do novo século, para um reequilíbrio das relações. Defronte às alterações no sistema capitalista global, novas ideias pretendem dar sentido ao papel do Estado. Conforme estas mesmas, a direção da macroeconomia pelo desenvolvimento é desvinculada da teoria da autorregulação.<sup>2</sup> Logo, o Estado constrói suas responsabilidades em dois pontos: “na promoção do crescimento e condições para que o mesmo seja sustentado (oferta); em segundo lugar, os investimentos (demanda) públicos e privados são necessários ao longo do tempo em saúde, educação e infraestrutura [...], em ciência e tecnologia, os quais, associados a políticas industriais e agrícolas, revertam-se em fatores de impulso e dinamismo para os setores produtivos” (IPEA, 2010). Em termos teóri-

cos, a direção econômica exercida pelo Estado nacional em favor do desenvolvimento sugere um rompimento dos preceitos neoliberais, haja vista que, ontologicamente, cada perspectiva teórica pressupõe condições e capacidade distintas para o mercado e para o Estado, sendo ambos os “sujeitos” desassociados em sua essência. Todavia, para além da teoria, a prática apresenta contradições e oportunidades para falsear alguns pressupostos, e, nesse sentido, a história do pensamento sobre o desenvolvimento da América Latina pode ser de muita ajuda.

Em segundo lugar, vale a pena destacar o debate em torno de um novo desenvolvimento (FGV, 2010) pós-Consenso de Washington. Nessa trilha, afirma-se que um neodesenvolvimentismo estaria germinando na América do Sul. Este comungaria tradições keynesianas com elementos do estruturalismo (FGV, 2010). Em outros termos, seria uma nova estratégia de desenvolvimento nacional que capture oportunidades globais, diferente do antigo nacional-desenvolvimentismo, pelo fato de lidar, pragmaticamente, com o mercado.<sup>3</sup> Além disso, divergiria da ortodoxia neoliberal por considerar o Estado como um instrumento-chave inserido nesta nova estratégia. Nesses termos, um terceiro discurso se faria presente em um novo período de acumulação de capital (BRESSER-PEREIRA, 2009; BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010; DINIZ, 2011; FGV, 2010). Boschi e Gaitán (2008) seguem a mesma perspectiva quanto à exposição dos exemplos argentino, chileno e brasileiro acerca do novo-desenvolvimentismo operado por governos progressistas. Nesse sentido, o novo-desenvolvimentismo pode ser lido como um composto híbrido de coordenação econômica que se forma em uma ordem centralizada a partir do mercado, sendo o Estado o ator fundamental na reestruturação do equilíbrio econômico interno.

Nesses termos, o presente momento nos oferece subsídios empíricos relevantes acerca da participação do Estado como orientador econômico retomando traços progressistas. Embora o papel do governo

fosse peça fundamental para que a ortodoxia neoliberal vigorasse a partir de 1979, quando Reagan e Thatcher passam a desenhar nacional e internacionalmente a matriz do modelo, o discurso neoliberal salientava o recuo do Estado em tarefas que não seriam próprias a ele. Todavia, diante da crise econômica e social trazida pela aplicação de um corpo de ideias que reafirma as virtudes do mercado autorregulado, a atualidade pode ser interpretada como um contramovimento polanyiano, o qual se sedimentaria em um momento pós-neoliberal (MACDONALD; RUCKERT, 2010). Tal estrutura não excluiria por completo a macroeconomia ortodoxa, o que elucida a possibilidade de construção nas esferas domésticas nacionais de um neoliberalismo controlado (*embedded neoliberalism*) cujo foco seria o equilíbrio social sedimentado em novas alianças políticas nos governos sul-americanos (WJUNISKI; FERNANDEZ, 2010). Assim, um contramovimento sul-americano se alocaria na pauta de discussões do novo desenvolvimento, o qual comporia uma estratégia pelo desenvolvimento perpassando pela neutralização da taxa de câmbio sobrevalorizada<sup>4</sup> somada a uma taxa de juros competitiva, mantendo as bases das políticas neoliberais (política fiscal, monetária e cambial) e erguendo o Estado como ferramenta jus ao desenvolvimento e à internacionalização de bens e serviços. Entretanto, além das práticas macroeconômicas, há uma lida pragmática com o mercado, a qual demandaria uma estrutura social alicerçada aos objetivos desenvolvimentistas do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2007; 2009; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Como destaca Eli Diniz (2011, p. 510), o novo-desenvolvimentismo “discute a viabilidade da rota de desenvolvimento puxada pelo fortalecimento do mercado interno de consumo de massas”.

Todavia, tal contramovimento polanyiano em favor de algum tipo de novo desenvolvimento não pode ser enxergado apenas sob o olhar normativo/estrutural (DINIZ, 2011). Em outros termos, considera-se que a perspectiva do contramovimento pós-neoliberal deve ser enxergada a partir da historicização conceitual. Assim, devemos consi-

derar: a) as transformações do capitalismo global; b) a inserção dos países da região na nova divisão internacional da produção e do trabalho e; c) o papel da República Popular da China neste processo, como novo centro da economia global no século XXI.<sup>5</sup> Este recorte proposto não implica o descarte das propostas normativistas do novo-desenvolvimentismo, mas contribui para requalificar a discussão, considerando os seguintes pontos: em que medida as respostas pragmáticas nacionais polanyianas ao neoliberalismo significam uma superação dessa teoria e prática econômica, embora se tenham rompido os fundamentos ideológico-políticos do Consenso de Washington? Será que os fundamentos normativos do neodesenvolvimentismo não ocultam um processo acelerado de inserção internacional da região nos moldes centro-periferia ancorados em Estados extrativistas (GUDYNAS, 2013; SVAMPA, 2013), narcotizados pela elevação dos preços das commodities e pelo crescimento sem precedentes da China?

A hipótese apresentada, ancorada em um método dialético, pontua que a historicização das ações econômicas-políticas construídas pelos países latino-americanos, a partir da crise do Consenso de Washington, ampara uma possibilidade analítica que apontaria para uma composição superestrutural do continente como reformulador de uma ordem e não como um movimento “libertador da América”. Próximo a esse raciocínio se posta a variável do hibridismo político e econômico como uma não alternativa aos modelos anteriores (nacional-desenvolvimentismo e neoliberalismo), que se soma a um segundo elemento histórico, o qual abriga as fortes demandas do ambiente externo que, política e materialmente, podem, por ora, fomentar tempos de estabilidades e crescimento dos países latino-americanos.<sup>6</sup> Assim, tal hibridismo se aproximaria da perspectiva teórica coxiana acerca da internacionalização do Estado, tendo em vista as adaptações político-econômicas desses mesmos Estados, em consonância aos espaços e reformas ocorridas nas relações internacionais.

Apresentadas as questões, o artigo, em sua primeira parte, recupera os principais elementos que sepultaram o antigo nacional-desenvolvimentismo. Posteriormente, mencionam-se os impactos e resultados da ortodoxia e, em um terceiro momento, traçam-se algumas explicações teóricas, além de breves destaques ao argumento de Polanyi (2000) vinculado à Grande Transformação. Por último, e alicerçado aos pontos anteriores, tenta-se discorrer sobre a hipótese lançada e as possibilidades interpretativas sobre o novo-desenvolvimentismo. Por fim, o presente escrito busca analisar os novos desdobramentos e mudanças da relação entre Estado e mercado no plano doméstico, mas alicerçados aos processos das mudanças no capitalismo global a fim de se criar um quadro explicativo acerca dos acontecimentos contemporâneos.

## **O Modelo Neoliberal de Desenvolvimento**

O presente trabalho estende uma análise acerca dos impactos e das respostas político-econômicas em um momento posterior às aplicações das políticas neoliberais na América Latina. Porém, como coloca Harvey (2011), os impactos presentes hoje no sistema internacional foram desencadeados por uma nova estrutura econômica-política-social formada após e com a crise econômica da década de 1970. Uma transformação que implicou a destruição das amarras do Sistema Bretton Woods, as quais ruíram junto ao câmbio de taxas fixas, acelerando o processo de liberalização financeira por meio das ações e das declarações do presidente estadunidense, Richard Nixon, na recuperação do crescimento positivo do pós-Segunda Guerra Mundial (EICHENGRN, 2000). Segundo Cox (1987; 1996), esse processo consegue conformar um novo bloco histórico que passa a fomentar e estimular, sob fortes pressões políticas, a abertura econômica da América Latina durante a década de 1980. O novo discurso liberal fez frente ao modelo de industrialização por substituição das impor-

tações (ISI) na região (especialmente nos casos de Brasil, México e Argentina) a partir do seu esgotamento, uma vez que os intentos desenvolvimentistas foram sustentados com forte endividamento externo, e sofrendo gratuitamente o golpe com a elevação dos juros da década de 1980. Assim, na última década do século XX, agrava-se a crise de crédito face ao movimento de uma única alternativa, proposta por Washington e Londres, em função das reformas orientadas pelo mercado.<sup>7</sup> Desta maneira, as reformas neoliberais tornaram-se universais na região, assim como a crise econômica, social e política posterior aos consensos (BROOKS; KURTZ, 2008).

A definição do movimento em favor do mercado é apontada em duas linhas: primeiramente, o neoliberalismo como um pacote de políticas macroeconômicas para os países em crise e, segundo, além das orientações macroeconômicas, encapsula-se uma transformação orgânica com mudanças nas relações políticas, na organização produtiva e social sob a crença na liberdade individual e neutral da organização do tempo e do espaço (ARRIGHI, 2008; HARVEY, 2005) por meio das forças do mercado. No neoliberalismo ainda, a divisão do trabalho e os sistemas de produção não seriam construídos apenas pelas vantagens geográficas ou comparativas, mas sim pela comunhão de forças econômicas e políticas. “Suas criações, inevitavelmente, envolvem uma coevolução regional de formas tecnológicas e organizacionais, relações sociais, relações com a natureza, sistemas de produção, modos de vida e concepções mentais do mundo” (HARVEY, 2011, p. 160). Já Cox (1987) afirma que o neoliberalismo é um elemento integrante de um modo social de produção hegemônico. Nessa linha, ele sugere a compreensão restrita entre as ordens internacionais e as respectivas composições socioprodutivas sob a hegemonia estadunidense, ponto que reforçaria o entendimento acerca da pressuposição do autor sobre a internacionalização do Estado. Este processo, que se aprofunda com a ideologia neoliberal, faz com que os atores percebam os ajustes como imperativos sistêmicos e não como imposições

de potências dominantes. As pressões externas sobre os Estados nacionais foram internacionalizadas por uma dinâmica que pressupõe uma estrutura de poder onde as agências dos Estados Unidos da América (EUA) estão em uma situação dominante (COX, 1981, p. 145).<sup>8</sup>

Seguindo esse raciocínio, o neoliberalismo se sustentaria em três pilares fundamentais: primeiramente, em um mundo com limites de bens/recursos, as instituições privadas são as que melhor lidariam com a escassez por meio da instituição mercado; segundo, o capital é o instrumento social que facilita e movimenta o sistema; terceiro, se o mercado é a forma racional, toda instituição que iniba seu desenvolvimento deve ser limitada (TAYLOR, 2010). Sedimenta-se no campo das ideias que a liberdade econômica “é um elemento vital do pensamento neoliberal e há muito determina a atitude norte-americana para com o resto do mundo” (HARVEY, 2005, p. 17). Ainda compete elucidar que tamanho aparato de ideias e ações foi engenhado como um projeto político visando ao “restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (HARVEY, 2005, p. 27) à custa dos recursos monetários/financeiros recolhidos do resto do mundo por intermédio da corrente internacional de capital e de ajuste estrutural.

Em referência aos ajustes estruturais, os interesses indicados por Washington são pontuados no entorno das reformas macroeconômicas. Nesses termos, o novo bolsão de aplicações paliativas para os países em crise seguiu com: reformas para os déficits fiscais, redução dos gastos públicos, reforma fiscal/tributária, taxas de juros positivas, taxas de câmbio conforme o mercado, política comercial não restritiva/liberalização, abertura ao investimento externo direto estrangeiro, privatização, desregulamentação da atividade econômica e garantia dos direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1990). Em caráter geral, todos os pontos fomentaram uma nova possibilidade para o acúmulo de capital e para a transformação social e produtiva



no cenário internacional.<sup>9</sup> Nessa nova ordem, o Estado nacional participa, mas restrito frente aos objetivos desenvolvimentistas (MAGALHÃES, 2009). Estas indicações dirigem para o recuo da atividade do Estado frente ao controle da oferta, como também nos gastos públicos e ações restritivas relacionadas ao câmbio, ao investimento e ao controle comercial.

Os pontos do Consenso não foram aplicados pelos próprios formuladores estadunidenses. Nesse sentido, tornam-se claras as colocações de Harvey (2005) em função da construção de uma engenharia em favor da recuperação econômica de um Estado e de uma classe capitalista financeira, compartilhando os custos e centralizando os ganhos. Em reconhecimento às possibilidades de custos em função dessa nova forma de acumulação de capital, quais foram as consequências do fracasso do Consenso de Washington (CW) e como entender as respostas dos governos quanto aos fundamentos das ações do Estado interventor e do denominado novo-desenvolvimentismo?

## **O Novo-desenvolvimentismo e o Contramovimento**

O desenvolvimento pós-neoliberal não se ancora apenas nos ditames do balanço de pagamentos, em reinvestimento tecnológico, na atração de investimento e em níveis produtivos internos. Diferente deste, o nacional-desenvolvimentismo esboça um equilíbrio entre a demanda agregada, a exportação e o reinvestimento orientado pelo Estado. Este último proveria o equilíbrio econômico, produtivo e social, como estratégia singular em busca do desenvolvimento, compreendendo as trajetórias de desenvolvimento e variações sociais em cada espaço e tempo histórico (SUNKEL; PAZ, 1976; CARDOSO; FALETTO, 2004). Logo, erguem-se relações econômicas e sociais fundamentais para a acumulação de capital, seja para o avanço tecnológico e contínua busca pelo lucro, como também na formação de

uma demanda pelo consumo equilibrada, a qual se orienta por uma estabilidade regulada nos índices sociais (HARVEY, 2011).

Entretanto, a década de 1990 apresentou um retrocesso para os países latino-americanos. Diante dos magros resultados econômicos, em meados dessa década, o Banco Mundial apresentou estudos críticos sobre os resultados do CW. Nesses mesmos, destacam-se as reformas institucionais como condição basilar para melhorar o cenário. Reformas estas que apontavam para uma ampla liberalização do mercado financeiro e comercial e uma drástica diminuição das funções do Estado, inclusive sob fortes questionamentos na provisão dos serviços públicos (BURKI; PERRY, 1998).

Ainda, o Banco Mundial (1994) enfatizava que o balanço de pagamentos na América Latina, entre 1970 e 1993, reforçou um déficit de 0,3%, passando para 3,7% ao final de 1993. Tais dados dialogam com a ideia do “desenvolvimento geográfico desigual”, em alusão à acumulação desequilibrada de capital nas diferentes regiões, sendo esse mesmo uma força inerente do próprio sistema capitalista em favor da circulação do capital. Assim, segundo Harvey (2005), o neoliberalismo orquestrou uma nova condição após a década de 1980 com índices de investimento muito maiores nos Estados Unidos e na Europa, em detrimento dos países latino-americanos, africanos e asiáticos (exceto Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura).

A crise da década de 1990 cobriu toda a América Latina com problemas que se iniciaram com a crise do Estado interventor,<sup>10</sup> os quais foram multiplicados com a crise da dívida externa, firmando-a sob a cifra de US\$ 784 bilhões em 2001. A grande maioria dos países latino-americanos teve déficit em seu balanço de pagamentos, condição esta que dificultara ainda mais o pagamento da dívida, visto que a re-regulamentação econômica e a abertura comercial reduziram a capacidade competitiva perante mercados mais estruturados e avança-

dos, ponto que se alarmou ainda mais com a privatização das empresas estatais.<sup>11</sup>

Nessa direção, como aponta Diniz (2011), Stiglitz, outrora economista-chefe do Banco Mundial, elaborou uma forte crítica às instituições econômicas internacionais (BM, FMI e OMC) na imposição das reformas neoliberais aos países em desenvolvimento: “Os países ricos do Ocidente forçaram as nações pobres a eliminar as barreiras comerciais, mas eles próprios mantiveram as suas, impedindo que os países em desenvolvimento exportassem seus produtos agrícolas, privando-os, assim, da renda tão desesperadamente necessária obtida por meio das exportações” (STIGLITZ, 2002, p. 33). Stiglitz, assim como Williamson (1990) em seu momento, deixa ao descoberto o fundamento basilar do CW, isto é, um conjunto de políticas a serem aplicadas ao conjunto das nações em desenvolvimento mas não válidas para as nações desenvolvidas.

Desta maneira, o conceito de duplo movimento pode ser uma ferramenta relevante para compreendermos as instabilidades e crises econômicas do sistema capitalista, como também as possibilidades de resistências sociais ao processo da globalização neoliberal mundial. Todavia, diante da possibilidade de erro pela aplicação de um conceito, deve-se lembrar que Karl Polanyi observou uma sociedade passando por transformações que diferem das enfrentadas hoje. Sugere-se que outras variáveis possam contribuir para reforçar o argumento do autor. Todavia, a referência a outros momentos históricos e a outras transformações também contribui para compreendermos as semelhanças e diferenças destacadas (WJUNISKI; FERNANDEZ, 2010).

Em termos breves, o duplo movimento pode ser identificado em segmentos específicos da sociedade, e não necessariamente reproduzido em uníssono pelos grupos sociais. Polanyi (2000) apresentou a multiplicidade de respostas como defesa da sociedade frente ao avanço

do mercado. Nesses termos, as normas, as instituições e as organizações são construídas conforme a deterioração do espaço social e do meio ambiente causada pelo *laissez-faire* e pelo mercado. Polanyi toma como nível de análise das transformações mundiais as mudanças dentro da própria sociedade. Assim como há uma resposta defensiva dos grupos sociais quanto à formação das instituições em favor do livre mercado, há também uma estrutura institucional desse último para o avanço do sistema capitalista exacerbando o processo de concentração de capital. Elementos fundamentais são os tipos de respostas que a sociedade configura para que um mínimo de estabilidade entre os grupos seja assegurada. Variações são compreendidas desde a possibilidade de formação de sindicatos, como também as respostas fascistas que ganharam mais vigor após 1929. Segundo Burawoy (2003), tanto para Gramsci quanto para Polanyi o capitalismo liberal induziu respostas à fraqueza da sua sociedade, como exemplificado pelo capitalismo organizado, com uma marca de uma sociedade civil mais ativa, a qual exigira um Estado mais presente e intervencionista. Logo, o fascismo seria uma dessas expressões políticas reativas da proteção social como resposta à tentativa “utópica” de restaurar uma era vitoriana após a Primeira Guerra Mundial (CARR, 2001).<sup>12</sup>

Nesses termos, para Polanyi (2000), o mercado exige uma sociedade e um poder político ativos, tanto para que, primeiramente, a sociedade sobreviva aos avanços da expropriação, como também pela função estabilizadora sobre o bojo social. O autor inverte o argumento neoliberal derivado do seu estudo empírico da Inglaterra do século XIX. O mercado autorregulado foi planejado e as respostas e resistências ao “moinho satânico” foram espontâneas, pelo menos em um primeiro momento. Nesses termos, é fundamental compreender, seguindo as pressuposições polanyianas, que o sistema capitalista e seus avanços por meio da sociedade de mercado não ofereceriam as oportunidades para sua própria liquidação, como pontuado por

---

**Neoliberalismo na América do Sul:  
A Reinvenção por Meio do Estado**

Marx. Porém, aproximando Polanyi de Gramsci, compreende-se que, no campo da sociedade civil, restauram-se as relações entre sociedade e mercado na busca por uma nova forma de capitalismo, sendo esse, agora, incorporado à sociedade. Nesses termos, Gramsci sugere que as composições das sociedades capitalistas ocidentais proveem as bases para suas próprias restaurações, sendo exigido um embate crítico prolongado para a conquista dessa sociedade e do Estado restrito – compreendido como o aparelho administrativo/coercitivo (GRAMSCI, 2011). Cabe reforçar que, para o autor sardo, as bases da hegemonia não são compreendidas apenas nos alcances normativos/coercitivos do Estado, em seu sentido policial/burocrático (restrito), mas também no aprofundamento do consenso de uma ordem através de grupos variados internos à sociedade civil capitalista (COX, 1996; COUTINHO, 1999).

Compreendidos alguns elementos acerca das percepções polanyianas sobre a relação entre sociedade e mercado, além das proximidades gramscianas sobre a dificuldade em se construir um novo tipo de relação social de produção sem transformações orgânicas, o próximo passo desse breve ensaio articulará as bases consentidas acerca do desenvolvimento no atual composto latino-americano.

## **O Novo-desenvolvimentismo Historicizado**

Com as crises econômicas da segunda metade da década de 1990, é colocada uma preocupação em relação ao desenvolvimento em função da deterioração social e das incertezas acerca do capitalismo global. Em função da instabilidade regional, a ideia de mudança era preferida. No cenário internacional, mudanças cobraram impulso com a crise do modelo de desenvolvimento neoliberal erodido no limiar dos anos 1990 e, ainda, com o papel desempenhado pelos EUA nas intervenções militares e econômicas no Oriente Próximo após os ataques de 11 de setembro de 2001. Esses desdobramentos provocaram um

aquecimento da economia global e uma base de maior cooperação econômica com a República Popular da China diante da luta contra o terror (VADELL, 2011).

A crise do neoliberalismo alastrou-se também para outros espaços além dos sul-americanos. Até setembro de 2001, percebe-se que a pauta neoliberal não estava completamente sepultada, apesar das insatisfações levantadas em Porto Alegre pelo Fórum Social Mundial como resposta ao Fórum Econômico Mundial de Davos, expondo a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento ao ritmo das resistências globais e nacionais. Em plena Guerra ao Terror, a política econômica do governo Bush aprofundou os déficits com elevados investimentos hipotecários em pacotes multifacetários de derivativos, os pacotes *subprimes*, no intuito de aquecer o número de investimentos. Nesse sentido, algumas questões circundam este trabalho: de frente o descontentamento crescente ancorado nos resultados negativos do modelo neoliberal nos países sul-americanos, houve alguma mudança? Se houve, em que consistiu esta mudança? Elas estão em processo de implementação? Poderíamos atribuir o novo momento como um contramovimento polanyiano? Sendo a resposta positiva, contudo, internamente e externamente, o que sustenta o novo percurso? Diante dessas questões, aprofundaremos no ensaio pós-neoliberal e nas tentativas de implementação de um novo-desenvolvimentismo.

### ***a) Tempo pós-neoliberal***

Diante da crise do modelo de desenvolvimento neoliberal, em termos econômicos e sociais, pode-se afirmar que, embora países da região experimentassem respostas nacionais ao Consenso de Washington (CW) como forma de evitar a desintegração do tecido social, uma alternativa completamente oposta à ortodoxia econômica não foi aplicada. Em outros termos, uma alternativa programática ao modelo neoliberal de acumulação de capital e produção elencadas no sistema capitalista não foi materializada, mesmo o questionamento ao neoli-

beralismo sendo moeda corrente nos discursos de muitos presidentes sul-americanos. Logo, onde está a mudança?

O período que se inicia tem sido afirmado como pós-neoliberal, no qual haveria uma “descontinuidade continuada”, o que não sugere um rompimento integral com o neoliberalismo, mas apenas com as aplicações verticais e automáticas das receitas do CW. De tal modo, o momento angariaria a busca por políticas progressistas alternativas, as quais surgem das mesmas contradições da ortodoxia neoliberal. Seus conceitos e fundamentos perduram na “era” pós-neoliberal, visto que se mantém uma linha de responsabilidades macroeconômicas como: inflação moderada, equilíbrio macroeconômico e reivindicações em torno à liberalização comercial nas instituições internacionais, notadamente na OMC. Por outro lado, há descontinuidade pelo desejo dos governos em usarem o poder do Estado para corrigir os erros do mercado e, logo, algumas ações ganham força, como a correção de desigualdades, o controle da oferta, a integração política e econômica com a busca de um gasto social progressivo (com face humana), o lançamento de instituições regionais financeiras próprias, entre outros elementos (BOSCHI; GAITÁN, 2008; MELLER; LARA, 2009). Neste cenário, observa-se que alguns princípios neoliberais permanecem em consonância com um período de maiores intervenções estatais corretivas (MACDONALD; RUCKERT, 2010).

Como salientado, o neoliberalismo na prática é considerado um movimento de engenharia social impulsionado pelos EUA, embora de forma descontínua, após a década de 1970 (HARVEY, 2005). Desta maneira, o modelo de desenvolvimento neoliberal, tal como implementado, “foi um programa de transformação institucional que procurou incorporar as relações de mercado como a forma de organização social predominante por meio da reprodução social própria dia a dia” (TAYLOR, 2010, p. 22). Seus princípios se assentam no individualismo, no racionalismo e na organização social em consonância

com a estrutura dada/neutra do mercado. Nessa direção, Taylor (2010) afirma que o neoliberalismo não é um projeto finalizado ou acabado. Partindo das contradições do mesmo, os partidos que implementaram o modelo e colheram resultados negativos passaram a edificar reformas de segunda geração. Nestas, o argumento da economia com face humana é periodicamente defendido, e o aparelho do Estado articulado como um ator em favor das forças do mercado. O autor ainda destaca o papel importante da ontologia neoliberal na relação entre pobreza e mercado, visto que aqueles que não conseguiram sair da pobreza e colher os frutos da ordem do mercado não se adaptaram ao mecanismo e falharam. Não foram capazes de erguer tal busca em um espaço no qual haveria perfeita concorrência e as práticas se assentariam em resultados absolutos entre um conjunto de indivíduos racionais (TAYLOR, 2010). Este argumento tem servido de pressuposto do FMI e do Banco Mundial para financiar e assistir os menos abastados em diversas sociedades do Sul global.

Na direção de uma melhor compreensão do momento pós-neoliberal, Heidrich e Tussie (2010) observam que, devido ao impacto negativo das políticas econômicas neoliberais, houve respostas políticas na América Latina. Essas se conformaram e se implementaram com a emergência de novos governos de centro-esquerda na região. Estes mesmos se muniram com discursos e ações mais humanas e com um foco social mais explícito, a partir de uma maior participação do Estado nas áreas sociais e de recursos naturais. Ainda, os autores destacam que tal elemento não emerge apenas pela “infelicidade” neoliberal no desenvolvimento social. Logo, o presente é atrelado à memória do antigo populismo, tendo em vista que a derrocada do CW se soma à aprendizagem macroeconômica com construções desenvolvimentistas em tons de populismo morno.

Assim, a esquerda reinventa as possibilidades do mercado e, nesses termos, a Argentina e o Brasil, sob Kirchner e Lula, ilustram a descontinuidade contínua. Primeiramente, a macroeconomia argentina



chegou ao limite dos superávits fiscais. Após a crise de 2001, houve a desvalorização da moeda, a fim de aquecer a produção interna voltada para a exportação, somada ao controle dos ajustes inflacionários. Condições externas e mudanças de rumo no plano doméstico criaram as condições de alguns anos de forte crescimento, chegando a 9% em 2007 (VADELL, 2008). Quanto ao Brasil, mantém-se a responsabilidade fiscal e buscou-se uma política de taxa de lucro elevada com controle inflacionário para favorecer os investimentos, tanto por meio do Estado, quanto por meio dos investimentos externos. Assim, durante o governo Lula o crescimento se equilibra em 2,3%, o qual pode ser entendido como uma soma de: liberalização financeira,<sup>13</sup> juros elevados e aumento da dívida pública do país. Nesses termos, exemplifica-se a proximidade (hibridismo) entre o Estado e o capital financeiro, visto que se estruturou uma política de atração de investimentos externos, a qual exige em contrapartida uma moeda equilibrada e taxas de juros elevadas com cenários positivos para a acumulação financeira (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Isto resultou em um baixo crescimento produtivo, mas as contas mantêm-se amparadas com o escudo da capacidade produtora do setor agrícola e minerador por meio da exportação de commodities (HEIDRICH; TUSSIE, 2010).<sup>14</sup>

A relação entre Estado e mercado suscita intensas discussões na qual se destacam as perspectivas liberais e nacional-desenvolvimentistas. Todavia, o momento pós-neoliberal nos guia a uma nova reflexão e, nesses termos, o conceito *embedded neoliberalism* fornece uma luz para compreender a relação pragmática do Estado com o mercado na realidade sul-americana. Na mesma perspectiva, também convive a descontinuidade contínua da macroeconomia neoliberal. Estes elementos são incorporados em ações pragmáticas dos governos dos países sul-americanos.

Desta maneira, tanto a orientação externa quanto a política interna econômica e social passam a agregar a soma do Estado com o merca-

do e não mais a exclusão histórica entre os modelos do nacional-desenvolvimentismo e do neoliberalismo. As raízes do *embedded neoliberalism* apontam para a adição desses dois fatores. Primeiramente, alicerçado nos resquícios do processo de substituição de importações, a indústria seria um significante para uma alteração positiva econômica/social, por meio do amortecimento dos impactos ortodoxos em função das indústrias basilares efetivadas. Além disso, a aliança política/social que suportou tal modelo também se torna um resquício importante para o *embedded neoliberalism*. Nesses termos, os setores industriais, os trabalhadores organizados sindicalizados, segmentos da classe média urbana e desempregados equivalem-se como força propagadora das insatisfações neoliberais a clamar pela direção do Estado após 2001 (BROOKS; KURTZ, 2008). Assim, a “alta densidade de união trabalhista, setores manufatureiros e elevados perfis competentes no mercado de trabalho devem então ser associados com uma estratégia mais robusta do *embedded neoliberalism*” (BROOKS; KURTZ, 2008, p. 248).

### **b) Qual neodesenvolvimentismo?**

Embora o discurso neoliberal saliente as virtudes do livre mercado e o combate à intervenção governamental, a desregulamentação neoliberal implicou um papel ativo do Estado com o intuito de re-regulamentar as economias nacionais na América Latina (SCHOLTE, 2005). Todavia, o provimento dos recursos e equilíbrio dos preços era uma função da qual o Estado deveria se afastar. Em contrapartida, pode-se perceber que o novo-desenvolvimentismo se apresenta como um contramovimento cuja dinâmica seria contrária ao princípio do mercado autorregulado, mas que nos casos sul-americanos (brasileiro e argentino, sobretudo) não abandona todas as medidas propostas pela ortodoxia liberal. A especificidade do período recupera a ideia de que o Estado é o instrumento da ação coletiva, o qual coordena as ações pelo desenvolvimento nacional, em uma estratégia que

alça construções através do crescimento com poupança interna. Esta, por sua vez, exige uma taxa de juros moderada e uma de câmbio competitiva (BRESSER-PEREIRA, 2009). Sustenta-se esta condição tendo em vista que, a partir da década de 1970, “a abertura financeira, somada à política de crescimento com poupança externa, está por trás da taxa de câmbio não competitiva e das taxas de crescimento da maioria dos países de renda média” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 31).

Todavia, o neodesenvolvimentismo, vinculado ao *embedded neoliberalism* em um período pós-neoliberal, não é um símbolo comum de ação em todos os países da América do Sul. Como destacado por Brooks e Kurtz (2008), o modelo de substituição das importações, principalmente no Brasil e na Argentina, foi um elemento primordial para compreendermos o comportamento e os impactos neoliberais no cenário sul-americano. Em formato ilustrativo, Morais e Saad-Filho (2011) afirmam que dois grupos teóricos se formam para analisar o novo-desenvolvimentismo brasileiro. O primeiro com construções críticas acerca dos limites do neoliberalismo e a necessidade de maior regulação do Estado para estimular o desenvolvimento, e um segundo grupo que destaca a fraqueza do Partido dos Trabalhadores, que, quando no poder, cedera espaço à ortodoxia contrária à sua agenda social e revolucionária histórica. Afora divergências acerca do ponto de partida, a interseção entre as linhas divergentes é formada quanto à quase certeza de insucesso da agenda “lulista” em sintonia progressiva – mas não necessariamente reformadora – combinando o assistencialismo com as preocupações macroeconômicas.

Nesses termos, podemos afirmar que o novo-desenvolvimentismo, sob as circunstâncias destacadas, é um efeito resultante de um contramovimento propagador neoliberal. Porém, a vinculação histórica ao sistema capitalista e a atual inserção internacional de cada país sul-americano podem nos direcionar a identificar a presença, a ausência ou os níveis variados do novo desenvolvimento conforme o

país analisado. Além disso, as suas bases do ensaio neodesenvolvimentista estão fortemente condicionadas à atual reconfiguração centro-periférica da geografia econômica atual centrada também na região Ásia-Pacífico. Desta maneira, existem dois tipos de ações que nesse momento histórico devem ser compreendidas. A primeira refere-se à participação do Estado no provimento de assistência conjugando meios ortodoxos e neopopulistas. A segunda tem a ver com a capacidade do Estado em evitar a sobrevalorização da taxa de câmbio e em ganhar competitividade através da sua produção interna.<sup>15</sup> Nesses termos, o processo de vinculação de cada Estado latino-americano ao capitalismo internacional enraizou marcas que ainda importam na organização econômica e social do continente (DINIZ, 2011).

A forma de vínculo ao sistema capitalista global dos países da América do Sul sedimentou, ao longo da sua história, reações diferentes, como também fez emergir variados tipos de sociedades/Estados. Nesses termos, se partirmos de uma análise histórica estrutural, os elementos anteriores também são trazidos e têm importância para compreender a nossa organização social e econômica. Nessa linha, Sunkel e Paz (1975) se esforçaram para decifrar como o Brasil, a Argentina e os outros Estados da América Latina iniciaram suas trajetórias de desenvolvimento.<sup>16</sup> Logo, dois “períodos” recortam a América Latina: o Mercantilismo e o Liberalismo. Em termos gerais, após a fase liberal, os países iniciaram uma nova etapa econômica tendo em vista o objetivo de encerrar o gargalo externo por intermédio do processo de substituição de importações. Não é um fato casual que os autores que se referem ao novo-desenvolvimentismo considerem os casos argentinos e brasileiros como paradigmáticos na região no capitalismo contemporâneo.

No trilhar dos passos econômicos da região, durante o período colonial, a redistribuição dos espaços geográficos por Portugal e Espanha fomentou dois modos de atividades econômicas: extrativista e agrícola. Cabe ressaltar que “durante a segunda metade do século XVI e a

primeira do século XVIII a estrutura econômica e social diversificou-se, diferenciando-se dois tipos iniciais deste período, baseados nas três formas de sociedade preexistentes” (SUNKEL; PAZ, 1975, p. 29). A crise do mercantilismo global somada à crise na extração mineral foram elementos que transformaram os centros coloniais extrativistas em periferias coloniais. Nesses termos, as áreas que se firmaram pela produção agrícola e pela cultura agropecuarista tiveram o aporte do livre comércio sob as diretrizes da coroa inglesa a lhes favorecer. As transformações industriais ocorridas na Grã-Bretanha refletiram uma nova relação entre os continentes distintos. Nem sempre a integração entre os povos foi tão extensa e profunda, mas o mundo após 1875 passou a acomodar contatos e experiências em escalas elevadas (HOBSBAWM, 2001). Pode-se compreender a dimensão dessa relação através das transformações que temos destacado na América do Sul.

A estabilidade do padrão-ouro durante o século XIX, mas principalmente nas últimas décadas desse século, ilustra como as colônias se tornaram as periferias no sistema capitalista internacional e, nesses termos, “a substituição do império espanhol como sistema predominante no mundo pelo império britânico representara não somente uma troca de país dominante, mas ainda mudanças profundas nos sistemas econômicos e políticos, nas concepções ideológicas e nas práticas políticas” (SUNKEL; PAZ, 1975, p. 41). Assim, a demanda excessiva por insumos básicos para a produção industrial britânica alterou a geografia do Brasil e da Argentina, instituindo-se o modelo de crescimento voltado para fora. Cabe elucidar que, após 1870,

A América Latina desenvolveu produtos relativamente estáveis de exportação, que iriam durar como tal até as décadas intermediárias de nosso século atual, ou mesmo até hoje. O investimento de capital estrangeiro começava a desenvolver a infraestrutura do continente – estradas de ferro, instalações portuárias, utilida-

des públicas; mesmo a imigração europeia aumentou substancialmente, na maior parte em Cuba, Brasil e, sobretudo, nas áreas temperadas do estuário do Rio da Prata. (Aproximadamente 250 mil europeus se instalaram no Brasil entre 1855 e 1874, enquanto mais de 800 mil foram para a Argentina e o Uruguai no mesmo período.) (HOBSBAWM, 2001, p. 134).

A mesma demanda que atrelou as áreas distantes e subjugou todos a uma orientação externa também foi a mesma que sucumbiu à periferia pelo estrangulamento externo. Desse modo, as monoculturas argentina e brasileira se “desenvolveram” com elevada dependência externa no século XIX e, após 1929, deram início ao processo que tentou estancar esta dependência e fortificar o Estado a partir do seu interior (SUNKEL; PAZ, 1975).

Destacados estes pontos que remontam à vinculação latino-americana ao sistema capitalista internacional, como também à propulsão para os passos iniciais do desenvolvimento voltado para dentro, faz-se necessário manter a discussão sobre o novo desenvolvimento. Ainda cabe elucidar que compreender o atrelamento dos países pobres ao sistema econômico internacional expõe as amarras históricas deste processo (FURTADO, 1965). Em suma, devido ao vínculo e dependências históricas, percebe-se que o sistema econômico e político internacional pode ser lido como uma expansão das hegemonias mundiais do que apenas a soma de fatores econômicos produtivos como terra, trabalho, capital e políticas progressistas (FIORI, 2006).

Nesse sentido, Fiori (2006) destaca que a relação entre as práticas liberais e a autoproteção social, no pensamento de Karl Polanyi, não seria um movimento pendular da história. Logo, haveria uma dialética entre o nacional e o internacional em um curto prazo dos embates sociais e, em um longo prazo, das transformações mundiais. Assim,

As resistências que acabam paralisando e corrigindo a expansão entrópica dos mercados autor-

---

**Neoliberalismo na América do Sul:  
A Reinvenção por Meio do Estado**

regulados nascem de dentro da própria expansão mercantil, manifestam-se nos interstícios do mundo liberal e se fortalecem com a destruição que os mercados desregulados produzem a longo prazo, no mundo do trabalho, na estrutura da terra, nas finanças e na própria capacidade produtiva das nações (FIORI, 2006, p. 91).

O novo-desenvolvimentismo se assenta nesta relação dialética. E ele apresenta diferentes níveis de intervenção estatal, variações que estão atreladas ao processo de desenvolvimento social e econômico de cada país e aos vínculos desses Estados ao sistema capitalista internacional. Nesse sentido, nas sociedades onde o processo de substituição de importações foi mais profundo, uma estrutura econômica e social específica foi sedimentada. Esta mesma explica os níveis de aprofundamento do novo-desenvolvimentismo na América Latina. Logo, um país, minimamente estruturado, caso consiga inutilizar a tendência da taxa de cambio sobrevalorizada, “mantendo controle sobre os fluxos financeiros, oferecerá oportunidade atraentes para os investimentos voltados à exportação e crescerá rapidamente; se não conseguir, ficará para trás” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 21). Entretanto, ficar para trás não é um fato condicionado às capacidades internas do presente, mas sim às condições históricas e internacionais sistêmicas.

O novo-desenvolvimentismo também pressupõe a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento que contemple alianças concretas entre setores sociais específicos e lideranças políticas (MAGALHÃES, 2009; CARDOSO JR.; SIQUEIRA, 2009). Pelo lado da oferta, o desenvolvimento resulta em elevada produtividade decorrida pela acumulação de capital. Esta construção se inicia com a incorporação de conhecimento tecnológico, investimentos em infraestrutura, inovações empresariais, transferência de mão de obra, educação etc. Pelo lado da demanda,<sup>17</sup> carece dos elementos que formam a demanda efetiva: investimento, consumo, gastos do Estado e ex-

portação menos importação (BRESSER-PEREIRA, 2009; HARVEY, 2011; DE PAULA, 2006; CARDOSO; FALETTI, 2004). Nesses termos, coloca-se que

O novo-desenvolvimentismo é um terceiro discurso entre o antigo discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional; é um conjunto de ideias, instituições e políticas econômicas através das quais os países de renda média tentam, no início do século XXI, alcançar os países mais desenvolvidos (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 86).

Segundo este modelo, a liderança é efetivada pelos governos dos países de renda média (especificamente Brasil e Argentina). O instrumento principal para a estratégia nacional de desenvolvimento é o Estado; cabe, porém, destacar que o novo discurso pelo desenvolvimento difere em relação ao nacional-desenvolvimento que findou na década de 1970, já que se ampara no não protecionismo e na abertura comercial, além de construir suas ações políticas/sociais com ferramentas distintas do antigo populismo. Hoje, o Estado faz uso do mercado aberto/globalização para poder se desenvolver. Logo, o mercado não se limita ao desenvolvimento interno e se adota o critério de eficiência sobre as empresas como guia da política industrial (BRESSER-PEREIRA, 2009; FGV, 2010). Este ponto abre espaço para recuperar uma vertente pragmática, como também para relacioná-lo com o equilíbrio entre mercado e Estado através do duplo movimento polanyiano.

***c) A dimensão histórica e os vínculos externos do novo-desenvolvimentismo na América Latina***

Os Estados da América do Sul buscaram um novo processo de desenvolvimento após a crise do modelo de desenvolvimento neoliberal no



início do século XXI. Portanto, a vinculação e dependência crescente dos países latino-americanos às potências econômicas, principalmente à República Popular da China, demandam novas questões e preocupações acerca do diário embate político e social pelo desenvolvimento, além das proposições normativas desenhadas pelos intelectuais do novo-desenvolvimentismo. Retomar o método histórico-estrutural para entender as formas (ou tipologias) de capitalismo na nossa região requer a compreensão da dimensão histórica e da dimensão dos condicionantes externos. Em outras palavras, das relações econômicas internacionais atreladas à dialética centro-periferia. Podemos, de fato, compreender nas suas bases estruturais o novo-desenvolvimentismo pós-neoliberal sem levar em consideração o papel da República Popular da China no século XXI como indutor do crescimento econômico dos países da América do Sul? Em que medida as respostas ao neoliberalismo estão vinculadas à nova dinâmica do capitalismo global cujo eixo dinâmico se deslocou para a região Ásia-Pacífico? De fato, estas questões não têm respostas simples. A crescente presença da China na sub-região – desde o ano 2009 é o principal parceiro comercial do Brasil e de outros países sul-americanos – direciona compreensões acerca do processo sobre como os atores, em sua dinâmica econômica, promovem uma nova especialização da produção internacional, a qual atinge de maneira crucial o Brasil (VADELL, 2011).

Nesses termos, o Estado em busca do desenvolvimento, com suas linhas pragmáticas, tornou-se um guia para exemplificar uma nova possibilidade com o “fim” da ortodoxia. Defronte os desafios históricos erigidos pela superestrutura política que conecta os países latino-americanos ao sistema capitalista mundial e a atual conjuntura social produtiva internacional, o novo-desenvolvimentismo parece ser melhor explorado, a partir da pressuposição coxiana da internacionalização do Estado, como “ um processo global pelo qual políticas e práticas nacionais têm sido ajustadas às exigências da economia mundial da produção internacional” (COX, 1987, p. 253), isto é, a in-

ternacionalização da produção. Todavia, a internacionalização dos Estados não se dá como um processo unívoco nem implica uma homogeneização das práticas econômico-produtivas e sociais. Esta interpretação é justificada em função da proposta de historicização do novo-desenvolvimentismo em momentos variados, prolongados e descontínuos, o qual reafirma as condições de dependência ao invés de uma construção reformuladora/transformadora pelo desenvolvimento. A internacionalização do Estado se apoia no complexo emaranhado de relações entre o internacional e o doméstico, uma vez que, como apontado por Sunkel e Paz (1975), o modo social de produção hegemônico no centro da acumulação e produção capitalista sinaliza e dita as normas para os arranjos políticos e econômicos das sociedades latino-americanas. Em grande medida, Cox (1987; 1994) se aproxima, em questões epistemológicas, da posição estrutural de Sunkel e Paz. Importa destacar que o primeiro comporta explicações analíticas comparando os movimentos de hegemonia e crises hegemônicas, com os EUA e a Grã-Bretanha como ordenadores hegemônicos do sistema. Nessa perspectiva, o que Sunkel e Paz compreendem como vínculo histórico-estrutural-produtivo de dominação em uma relação centro-periferia, Cox avança expondo as amarras consensuais e coercitivas para a estruturação desse processo. Em alusão à obra do autor canadense, extraem-se dois exemplos fundamentais que alicerçariam uma ordem internacional hegemônica: a hegemonia britânica do padrão-ouro no século XIX; e o aparato regulatório coercitivo estadunidense com as instituições financeiras internacionais forjadas em Bretton Woods (1944) e, posteriormente, a sua restauração a partir da década de 1970, como apontado por Silver e Arrighi (2003). Isso nos faz supor que o conceito novo-desenvolvimentismo, como esboçado no presente escrito, não oferece uma completa alteração e/ou superação ao modelo neoliberal, mas sim respostas pragmáticas de caráter local e nacional na periferia, que por razões estruturais não têm a capacidade de alterar o consenso do bloco hegemônico neoliberal global.

Para além da abordagem estruturalista sobre o novo desenvolvimento, no contexto da crise neoliberal de final de século XX, faz-se presente o vertiginoso crescimento produtivo asiático, centrado, principalmente, na China, alterando substantivamente as relações de poder econômico global. Nessa direção, resulta imperioso para uma análise do fenômeno do contramovimento de autoproteção sul-americano e o novo papel do Estado levar em consideração os condicionantes externos e as transformações no centro capitalista mundial, no processo dinâmico de deslocamento geoeconômico para a região Ásia-Pacífico, como um novo arranjo hegemônico em formação, assim como a superestrutura política erigida e/ou reconfigurada de governança global após a crise de 2008 (G20, novo papel do FMI e BM, ativação OMC, novos fóruns BRICS, IBAS etc.). Este processo oferece indícios nas estruturas econômicas e nas formas políticas ainda inacabadas no espaço geográfico latino-americano e, especialmente, sul-americano.

### **Considerações Finais**

O presente trabalho pode ser lido como um alerta para a necessária ampliação interpretativa do conceito do novo desenvolvimento em um olhar crítico, o qual compreende o destaque dos elementos históricos e conjunturais que alimentam, dialeticamente, os resultados, muitas vezes não desejados, na política e na economia. Isto ocorreria em função da inflexão que apontara para um crescimento econômico e desenvolvimento social na América Latina e, especificamente, na sub-região sul-americana. Essa inflexão se dá na equação entre Estado e mercado, a qual tem sido defendida como pragmática e progressiva para o desenvolvimento econômico e social contemporâneo dos países latino-americanos. Segundo Morais e Saad-Filho (2011, p. 521), “a inflexão ocorrida a partir de 2006 definiu uma política que pode ser denominada mais apropriadamente monetária e presumindo, implicitamente, o equilíbrio espontâneo dos mercados, como po-

líticas objetivando a aceleração do desenvolvimento e a equidade social mediante um destacado ativismo estatal”. Assim, o novo-desenvolvimentismo é um movimento reforçado e positivo para os países da América Latina em função, também, do enfraquecimento e das insustentabilidades da engenharia neoliberal. Ainda, elementos internos e externos, a partir de 2001, contribuíram em uníssono para a atual configuração do desenvolvimento, por meio dos quais há uma sobreposição entre elementos neoliberais e desenvolvimentistas.

Todavia, o enfraquecimento das alianças políticas que sustentaram o neoliberalismo no plano doméstico, sem o abandono completo de sua estrutura basilar e dos suportes internacionais que o sustentam, implica, em alguma medida, a possibilidade de um desenvolvimento restaurador de uma ordem vigente. Essa pressuposição e indicação interpretativa se sustentam na proximidade entre as ideias de Polanyi e Gramsci, por meio do duplo movimento e do conceito de hegemonia. Primeiramente, pode-se evidenciar uma resposta social/estatal frente aos avanços degradantes do livre mercado, que afetaram dramaticamente o tecido social dos países sul-americanos no consenso estabelecido nos anos 1990. Em segundo lugar, a permanência das responsabilidades macroeconômicas e a complexa relação entre sociedade e mercado indicam, ainda, a profundidade de credos e ideologias que afloram dentro das relações de poder entre grupos e classes que constituem o Estado e os determinantes externos. Há, nessa perspectiva, uma semelhança instigante entre movimentos e contra-movimentos na história, uma vez que as respostas das sociedades são configuradas e reconfiguradas, sem necessariamente uma nova relação social de produção surgir desta transformação.

Assim, formula-se uma nova conjuntura internacional produtiva, com o conseqüente crescimento econômico e político chinês (e também indiano), o qual historicamente tem crescido proporcionalmente à crise e às metamorfoses da engenharia neoliberal. Logo, compreende-se que a América Latina está, atualmente, inserida em uma or-

questra política, econômica e social onde soam elementos de campos variados. Seu processo de vinculação ao sistema capitalista mundial aponta tanto às trajetórias históricas de desenvolvimento como, também, às propagações das estruturas de dependência. Os ensaios responsáveis das ações desenvolvimentistas contemporâneas nas esferas domésticas somados às práticas e às ideias neoliberais traduzem tanto o espaço aberto pelo enfraquecimento ideológico de um modelo para a região, como também, no plano externo, o impacto crucial do crescimento econômico chinês. Não obstante, este último elemento tem sido uma variável importantíssima para ilustrar os níveis positivos no balanço de pagamentos dos países latino-americanos e está provocando novas formas de dependência de inserção internacional, novos desafios para os governos e novas demandas de reformas. Para tanto, a cada nova enseada de movimentos e contramovimentos, novas formações se erguem, apresentando novidades, embora espelhem imagens de alternativas e modelos político-econômicos anteriores.

---

## **Notas**

- 1.** Os casos paradigmáticos na região talvez sejam a crise econômica, social e política que afetou a Venezuela, sob o governo Carlos Andrés Pérez, e a crise argentina de 2001. Esta última se espalhou pelo Cone Sul para outros países vizinhos, como Bolívia, Uruguai, Peru e Brasil. A transição pós-crise entre 2001 e 2003 marca a virada à esquerda da maioria desses países sul-americanos.
- 2.** Nessa linha, a percepção atual é de que os Estados, como dirigentes do desenvolvimento, tenham importância e que “o tempo das crenças ingênuas em favor das teses ligadas à irrelevância dos Estados Nacionais parece estar chegando ao fim” (CARDOSO JR.; SIQUEIRA, 2009, p. 10).
- 3.** O ponto 2 das dez teses sobre o novo-desenvolvimentismo expressa: “O mercado é o lócus privilegiado desse processo, mas o Estado desempenha um papel estratégico em prover o arcabouço institucional apropriado que sustente

esse processo estrutural. Isso inclui a promoção de estruturas e instituições financeiras capazes de canalizar os recursos domésticos para o desenvolvimento de inovações em setores que geram elevadas taxas de crescimento do valor adicionado doméstico. Esse arcabouço institucional deve também incluir medidas que possibilitem superar desequilíbrios estruturais e promovam a competitividade internacional” (FGV, 2010).

**4.** A taxa de câmbio valorizada é uma preocupação recorrente no pequeno manifesto de dez teses sobre o novo-desenvolvimentismo. Ver o ponto 6, que foca na sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio, e o ponto 7 sobre a doença holandesa “caracterizada como uma permanente sobrevalorização da moeda doméstica” (FGV, 2010).

**5.** Para mais detalhes da tese da bifurcação do centro capitalista, ver Vadell (2011).

**6.** Importa ressaltar que o esforço do presente texto se aproxima dos objetivos alertados por Strange (1970). A autora discorda do litígio entre os campos da economia internacional e da política internacional. Esses mesmos, naquele tempo, não ofertavam interpretações seguras sobre as relações internacionais face às novas problemáticas em Relações Internacionais. Nesses termos, carece alertar ao leitor que o texto que segue se assenta dentro do campo da economia política internacional como quadro específico de estudo dentro das Relações Internacionais.

**7.** Em face do *cath up*, por meio do modelo de substituição de importações, a sua realização guiou ao endividamento. Entretanto, a crise estrutura-se com a liquidez no sistema, a flutuação do câmbio e a elevação dos juros como decisão unilateral dos EUA (TAYLOR, 2010).

**8.** Aqui se expõe o sentido horizontal/consensual para a construção e para a reconstrução hegemônica. O neoliberalismo como a égide de um bloco histórico nas relações internacionais faz induzir à possibilidade de uma reconstrução após sua crise ou reformulação. Apesar da existência de ambas as possibilidades, sua forma ou método, nas relações internacionais, mantém-se a mesma: horizontal/consensual.

**9.** Segundo Bandeira (2002), a aceitação das responsabilidades macroeconômicas pelos países latino-americanos foi erguida como estratégia para negociação da dívida externa, por cada país, individualmente, com os credores internacionais com a contrapartida das instituições financeiras internacionais (IFIs).

**10.** Utilizamos o termo Estado interventor em sentido amplo e não a modalidade específica que derivou na instauração do modelo de substituição das importações, porque este último só vingou em poucos países.

---

### **Neoliberalismo na América do Sul: A Reinvenção por Meio do Estado**

- 11.** Em tempo, segundo Kalleberg (2009), a privatização e a desregulação alimentariam a incidência do desemprego e o número de trabalhadores informais no Brasil.
- 12.** Quanto ao fascismo, suas formas podem ser identificadas como um cesarismo, em que, em um sentido, há um líder entre as áreas conflitantes capaz de assegurar as pressões por tempo determinado, sem efetuar uma mudança de cunho orgânico em uma dada sociedade. Cox (1981; 1987) ainda pontua que tal processo dialogaria com uma restauração hegemônica, combinando as tentativas de equilíbrio do Estado restrito sob tensões internas por meio das assimilações e concessões na sociedade civil.
- 13.** Esta se orienta em dois eixos: flexibilidade a investidores estrangeiros no mercado de finanças nacional e equiparação dos ditames internos sobre as finanças ao modelo internacional (FREITAS; PRATES, 2001).
- 14.** Para mais detalhes a respeito das respostas governamentais na Argentina e no Brasil como expressões diferentes de um “duplo movimento” polanyiano, ver Vadell et al. (2009).
- 15.** Para mais detalhes, ver Bresser-Pereira (2009) e Diniz (2011).
- 16.** Já Furtado (1965) considerava que a condição subdesenvolvida dos Estados sul-americanos se condicionava, principalmente, na forma como iniciaram seu atrelamento à economia mundial.
- 17.** Há um vínculo a práticas keynesianas, haja vista que o Estado foi redefinido como indutor do crescimento econômico. Assim, “o Estado através dos gastos públicos nos setores de infraestrutura básica fomenta a criação de novos empregos, gerando mais renda e, conseqüentemente, mais consumo (demanda efetiva), portanto, incentivando a produção e o crescimento econômico” (MOURÃO, 2001, p. 80).

---

## **Referências Bibliográficas**

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BANCO MUNDIAL. **Annual Report**. 1994. Disponível em: <<http://econ.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64165259&theSi>

tePK=477960&piPK=64165421&menuPK=64166093&entityID=000009265\_3970716142907>. Acesso em: 3 abr. 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 2, p. 135-146, 2002.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. Gobiernos progresistas, agendas neodesarrollistas y capacidades estatales: la experiencia reciente en Argentina, Brasil y Chile. In: LIMA, M. R. S. et al. (Org.). **Desempenho de governos progressistas no Cone Sul**: agendas alternativas ao neoliberalismo. v. 1. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado y mercado en el nuevo desarrollismo. **Nueva Sociedad**, n. 210, jul.-ago. 2007.

———. **Globalização e competição**. São Paulo: Elsevier Editora, 2009.

———; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4 (120), p. 663-686, 2010.

BROOKS, Sarah; KURTZ, Marcus J. Embedding Neoliberal Reform in Latin America. **World Politics**, v. 60, n. 2, p. 231-280, jan. 2008.

BURAWOY, Michael. For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. **Politics & Society**, v. 31, n. 2, p. 193-261, jun. 2003.

BURKI, Shahid Javed; PERRY, Guillermo E. **Beyond the Washington Consensus**: Institutions Matter. The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank. Washington DC: World Bank Publications, 1998.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise**: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. 2. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO JR., José Celso; SIQUEIRA, Carlos H. R. **Desafios ao desenvolvimento brasileiro**: contribuições do conselho de orientação do Ipea. v. 1. Brasília: Ipea, 2009.



---

**Neoliberalismo na América do Sul:  
A Reinvenção por Meio do Estado**

COUTINHO, C. N. **Gramsci**. Um estudo sobre seu pensamento político. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium – Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

———. **Production, Power, and World Order**: Social Forces in the Making of History. Nova York: Columbia University Press, 1987.

———. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: GILL, S. (Org.). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 49-67.

———. **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DE PAULA, João Antônio. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. **Pesquisa & Debate**, v. 17, n. 1 (29), p. 1-19, 2006.

DINIZ, Eli. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 4, p. 493-531, 2011.

EICHENGREENN, Barry. **A globalização do capital**. São Paulo: Editora 34, 2000.

FIORI, José Luis da Costa. Olhando para a esquerda. **Margem Esquerda**, v. 7, p. 1-23, 2006.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Dez teses sobre o novo-desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <<http://www.tentheseonnewdevelopmentalism.org/>>. Acesso em: 29 out. 2011.

FREITAS, Maria Cristina Penido; PRATES, Daniela Magalhães. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 17, p. 81-111, dez. 2001.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extrativismos. **Nueva Sociedad**, n. 237, jan./fev. 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: 1891-1937. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

———. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HEIDRICH, Pablo; TUSSIE, Diana. Post-Neoliberalism and the New Left in the Americas: The Pathways of Economic and Trade Policies. In: MACDONALD, L.; RUCKERT, A. **Post-Neoliberalism in The Americas**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Macroeconomia para o desenvolvimento**: crescimento, estabilidade e emprego. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2010.

KALLEBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, fev. 2009.

MACDONALD, Laura; RUCKERT, Arne (Ed.). **Post-Neoliberalism in The Americas**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

MAGALHÃES, Raphael de Almeida. Desenvolvimento econômico: escolha política, e não técnica. In: CARDOSO JR., J. C. (Org.). **Desafios ao desenvolvimento brasileiro**: contribuições do conselho de orientação do Ipea. Brasília: Ipea, 2009.

MELLER, Patrício; LARA, Bernardo. Gasto social na América Latina: nível, progressividade e componentes. In: CARDOSO, F. H.; FOXLEY, A. (Ed.). **América Latina**: desafios da democracia e do desenvolvimento – políticas sociais para além da crise. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MORAIS, Lécio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 4 (124), p. 507-527, out.-dez. 2011.

MOURÃO, Kleber Antonio da Costa. A evolução do trabalho e sua relação com o desenvolvimento econômico. **Adcontar**, Belém, v. 2, n. 1, p. 7-10, mai. 2001.

---

**Neoliberalismo na América do Sul:  
A Reinvenção por Meio do Estado**

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

SCHOLTE, Jan Aart. The Sources of Neoliberal Globalization. **Overarching Concerns Programme Paper 8**, UNRISD, 2005.

SILVER, Beverly J.; ARRIGHI, Giovanni. Polanyi's "Double Movement": the *Belle Époques* of British and U.S. Hegemony Compared. **Politics & Society**, v. 31, n. 2, p. 325-355, jun. 2003.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

STRANGE, Susan. International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect. **International Affairs** (Royal Institute of International Affairs), v. 46, n. 2, p. 304-315, Apr. 1970.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro (Col.). **Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: DIFEL Editora, 1975.

———. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: DIFEL, 1976.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los *commodities* y leguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, mar.-abr. 2013.

TAYLOR, Marcus. The Contradictions and Transformations of Neoliberalism in Latin America: From Structural Adjustment to "Empowering the Poor". In: MACDONALD, L.; RUCKERT, A. (Ed). **Post-Neoliberalism in the Americas**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2010.

VADELL, Javier A. La Argentina de Kirchner: el retorno del Estado en el siglo XXI y sus implicaciones en la política externa. **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 6, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/47\\_analises\\_AC\\_n\\_06\\_junho\\_2008.pdf](http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/47_analises_AC_n_06_junho_2008.pdf)>. Acesso em: mai. 2014.

———. China na América do sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 103-114, fev. 2011.

———; LAMAS, Bárbara; RIBEIRO, Daniela M. de F. Integração e desenvolvimento no Mercosul: divergências e convergências nas políticas econômicas nos governos Lula e Kirchner. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, 2009.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform? In: **Latin American Adjustment: How Has Happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990.

WJUNISKI, Bernardo Stuhlberger; FERNANDEZ, Ramón G. Karl Polanyi, Athens and Us: The Contemporary Significance of Polanyi's Thought. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, 2010.

---

## **Resumo**

### **Neoliberalismo na América do Sul: A Reinvenção por Meio do Estado**

Neste texto, são discutidas as atuais abordagens acerca dos pressupostos aninhados na perspectiva do novo-desenvolvimentismo, como também expostos os alcances e os limites deste mesmo por meio de uma perspectiva estrutural com intuito de ofertar, dentro dos fenômenos das relações internacionais, algumas variáveis intervenientes que implicam a formação ou atualização da ideia de desenvolvimento em um contexto Sul-Sul. Quanto ao novo-desenvolvimentismo, uma combinação de práticas econômicas por meio da “dirigência” do Estado nacional é destacada no núcleo duro do argumento em um hibridismo analítico, o qual assenta os principais argumentos nas capacidades internas do próprio Estado. Nessa linha, o presente artigo indexa as ações atuais pelo desenvolvimento dentro de uma perspectiva superestrutural, que embolsa, criticamente, uma leitura segura no entorno daquilo que se pensa como desenvolvimento nacional.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo – Pós-neoliberalismo – Novo-desenvolvimentismo – América do Sul

---

## **Abstract**

### **Neoliberalism in South America: The Reinvention through the State**

In this text we discuss current approaches to the assumptions embedded in views of the new developmentalism. We further expose the scope and limits of that approach using a structural perspective with the purpose of

---

**Neoliberalismo na América do Sul:  
A Reinvenção por Meio do Estado**

identifying intervening variables that imply the formation or upgrading of the idea of ??development in a South-South context. Regarding the new developmentalism, in the core of the argument we highlight a combination of economic practices exercised through the national state which focus on the state's own internal capabilities. Our argument analyzes current development actions from a superstructural perspective, offering a critical reading – a reading in safe surroundings – of what is thought to be national development.

**Keywords:** Neoliberalism – Post-neoliberalism – New Developmentalism – South America